

A ATIVIDADE E A AGENTIVIDADE NA CARATERIZAÇÃO DO GÉNERO

CARLA TEIXEIRA

(Fundação para a Ciência e para Tecnologia / Centro de Linguística da Universidade
Nova de Lisboa, CLUNL)*

ABSTRACT: In this paper, I will reflect upon the notion action, presenting some different notions regarding activity and action notions. Afterwards, I will inscribe my work on Social Discourse Interactionism which will lead my study on agentivity; within this theoretical framework, I will see, on a corpus of wine journalistic texts, different roles that subjects have when producing a text relating to its position towards activity. In my opinion, text data (from texts referring to the wine social domain) suggest that significant actions are made by specialists, because they detain the knowledge. Therefore, agentivity should be considered as a genre property, namely, distinguishing enological critical review from others journalistic texts.

KEYWORDS: activity; genre; action; agentivity.

1. Introdução

A partir de um *corpus* de textos da área do vinho, neste trabalho, pretendo identificar algumas características linguísticas que permitam distinguir os textos assinados por especialistas dos textos escritos por não especialistas. Esta questão deve-se à abundante publicação de textos do vinho em publicações especializadas e publicações sem uma orientação temática definida, considerando a atividade social portuguesa do vinho. A mesma questão parece-me, ainda, pertinente para averiguar quais os textos que, evidenciando o conhecimento de causa do seu produtor textual, poderão melhor orientar uma compra neste campo.

* Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEst-OE/LIN/UI3213/2011.

2. Enquadramento teórico

Este trabalho situa-se no âmbito de estudo da Teoria do Texto (TT) que se dedica à reflexão e descrição dos géneros, pela organização dos textos e pelas relações textuais que os diversos elementos de um texto podem estabelecer entre si, atendendo, por exemplo, a questões de coerência e de coesão.¹

Como disciplina linguística, o propósito de estudo dos géneros textuais da parte da TT é partilhado pelo Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), na medida em que este quadro teórico reúne os esforços de várias áreas disciplinares; neste caso, destaca-se a cooperação com a Linguística, evidenciando-se igualmente as colaborações com a Sociolinguística e a Psicologia.

Tanto a TT como o ISD podem desenvolver o(s) escopo(s) da sua investigação de modo autónomo, no entanto considero que a conjugação de forças é francamente mais produtiva, visto que, por um lado, o ISD fornece uma base epistemológica dos estudos linguísticos de um ponto de vista social, apoiado em perspetivas históricas, sociológicas e filosóficas, como se sublinhará adiante; por outro lado, a TT dá o seu contributo na esfera do ISD ao reforçar a abordagem linguística dos textos como objetos empíricos.

3. Atividade e ação

A palavra *ação* é utilizada profusamente por diversos autores e em algumas teorias linguísticas, no entanto o seu sentido é frequentemente distinto, pelo que, por vezes, se verifica algumas imprecisões. De forma a clarificar o uso de *ação* neste texto, proponho-me apresentar uma modesta seleção de diferentes usos de *ação* e contextualizar esta noção no enquadramento do ISD.

Apoiado no modelo da *Rhetorical Structure Theory* (RST), Bernárdez (1995), segundo Giering (2007: 3), entende a organização de um tipo de texto a partir da ocorrência probabilística de relações entre os diferentes níveis de informação textual; um tipo de texto, possui, deste modo, uma organização retórica estável, cujas particularidades são determinadas pelo contexto institucional e pelo fim da comunicação. Assente numa perspetiva cognitivista, Bernárdez (1995: 184) entende o processo de formação de um texto como sinónimo de ação, “una herramienta para conseguir un fin.” O autor distingue ainda *ação automatizada* (ação levada a cabo repetidamente) de *ação nova* (empreendida de forma única e com novidade) (Bernárdez, 1995: 184-185), considerando sempre o efeito que se deseja produzir relativamente ao contexto. É igualmente numa aceção cognitivista que o mesmo autor faz uso da palavra *contexto*, a este se referindo como o conhecimento

¹ Para uma definição do lugar ocupado pela Teoria do Texto face a outras disciplinas linguísticas, recomenda-se a leitura de Coutinho 2003: 19-31.

do mundo, da linguagem e das expectativas dos intervenientes, com propriedades dinâmicas alteráveis (Bernárdez, 1995: 166).

É possível de algum modo deduzir a concepção da noção de ação e do posicionamento epistemológico de Adam pela leitura do título do artigo “Entre conseil et consigne: les genres d’incitation à l’action”. Para Adam, os ditos *gêneros de incitação ou incentivo à ação* são gêneros sócio-discursivos com um certo *ar de família* relativamente a múltiplas formas de construção de instruções, pedidos e recomendações (Adam, 2001: 7).

A noção de ação deste autor está intimamente ligada à Pragmática, nomeadamente à definição de objetivos e intenções comunicativas, do ponto de vista do domínio do gênero (do discurso), e, do ponto de vista do texto, à explicitação dos atos de discurso e orientação argumentativa (Miranda, 2010: 129).

É com estes enfoques que Adam afirma que «toute action langagière s’inscrit dans un lieu social donné qui doit être pensé comme une formation sócio-discursive» (Adam, 2001: 21); o mesmo autor julga ainda que «il faut donc partir du fait que chaque proposition énoncé est, d’un point de vue référentiel (*dictum*), une représentation d’actions ou d’états et, d’un point de vue illocutoire (*modus*), un acte de discours de type directif (*dire de*) ou simplement déclaratif (*dire que*).» (Adam, 2001: 22)²

Refiro os trabalhos de Bernárdez e de Adam pois considero-os contributos importantes no domínio do estudo dos gêneros e dos textos, carecendo, no entanto, de um forte respaldo epistemológico no que diz respeito à noção de *ação* e à sua integração num domínio social.

As noções de *atividade* e *ação* são centrais na formulação do quadro teórico do ISD, razão pela qual Bronckart procedeu a uma ampla revisão das mesmas, a par da noção de *agir* e da prática do *trabalho* (Bronckart *et al.*, 2004; Bronckart, 2008). É neste sentido que se passará a uma breve caracterização do estudo do *agir humano* que integra as mencionadas noções de *atividade* e *ação*.

Considerando que o universo é composto por matéria em constante movimento, o *agir humano* é formado por fenómenos que, para estudo, são segmentáveis (Salanskis, 2000: 26-32³ *apud* Bronckart *et al.*, 2004: 245-6); deste modo, o objeto de estudo do ISD é o *agir humano* ou (*agir-referente*). É possível reconhecer no *agir* vários subconjuntos de fenómenos inerentes: *um processo dinâmico* (ou *impulsão*), *um resultado* (ou *traço da impulsão*) ou unidades de impulsão-resultado a partir das quais é identificável a *fonte*. O *agir* diz respeito ao subconjunto das unidades de impulsão-resultado com

² Abstenho-me de discutir como outras formulações de Adam, sequências e protótipos, possuem também uma orientação cognitivista, dado que prefiro centrar-me sobre a noção de ação.

³ Salanskis, J.-M. (2000). *Modèles et pensée de l’action*. Paris: L’Harmattan.

origem no organismo, por excelência, dotado de capacidades mentais e comportamentais, o *ser humano*.

É baseando-se na teoria da atividade de Leontiev (2004), para quem «c'est l'agir socialisé qui est le moteur du développement humain, parce que c'est à travers de lui que s'effectue toute rencontre entre les individus et leur milieu» (Bronckart *et al.*, 2004: 346), que o ISD considera os atos do ser humano o resultado das suas práticas sociais e históricas, por oposição a um reflexo de uma ordem pré-existente do mundo ou um produto de capacidades mentais inatas. É com base nesta fundamentação que Leontiev propõe a análise da prática generalizada do ser humano e dos seus diferentes níveis assumindo o coletivo e o individual, a *atividade* e a *ação*.

A noção de *atividade* de Leontiev refere-se a toda a organização coletiva de comportamentos orientados tendo em vista uma finalidade, a partir dos quais se dá o discernimento dos diferentes tipos de atividade; a identificação das várias atividades baseia-se no critério do reconhecimento da finalidade, pelo que, neste trabalho, me debruçarei sobre as atividades jornalística e de produção e comercialização dos vinhos, na medida em que a sua reunião permite a escrita de vários textos jornalísticos sobre aquele domínio especializado, tornando visível este produto.

Assinalando a passagem para o espaço do sujeito, a *ação* é a apropriação do agir coletivo, visto que este é articulado com os fins dos quais os sujeitos têm consciência, o que pressupõe que a ação só pode ser atestada nos humanos que possuem capacidades de construir representações dos efeitos da atividade na qual estão inseridos.

Bronckart valoriza a teoria de Leontiev, no entanto reconhece-a como sendo demasiado generalista. Neste sentido, como já referi, o ISD convoca saberes de vários quadrantes; assim sendo, para esta questão da (re)definição das noções de atividade e de noção, constrangida por limites espaciais, mencionarei brevemente os contributos da Filosofia Analítica de Anscombe⁴ e de Ricœur⁵ (Bronckart *et al.*, 2004: 347).

A primeira autora identifica e caracteriza os fenómenos humanos da ordem da ação e diferencia-os dos simples eventos da natureza: os fenómenos naturais têm uma causa material originada por um fenómeno anterior (A é a causa material de B); de outro modo, as verdadeiras ações são cometidas por agentes possuidores de capacidades psíquicas que evocam um motivo e uma intenção para a sua realização.

É baseando-se na abordagem de Anscombe que Ricœur propõe a sua semântica da ação e os parâmetros que definem a responsabilidade do agente na realização da ação. Ricœur distingue os eventos simples das ações, pois toda a ação implica um agente com competência para intervir sobre o mun-

⁴ Anscombe, G.E.M. (2001). *L'intention*. Paris: Gallimard.

⁵ Ricœur, P. (1997). Le discours en action. In *La sémantique de l'action*. Ricœur, P. (ed.) Paris: CNRS.

do, dispondo de capacidades mentais e comportamentais (*pouvoir-faire*), de motivos ou razões (*pourquoi du faire*) das *intenções*.

As referidas propostas são, segundo Fillietaz⁶ (2002: 146-147 *apud* Bronckart *et al.*, 2004: 348), importantes para a construção da definição de ação, porém observam o sujeito como um agente isolado, sem atentar em fatores sociais e semióticos que influem no seu desenvolvimento.

Assim, no quadro da problemática da *atividade* e da *ação*, o ISD sustenta o caráter primordial da *atividade*, «en tant que format social organisant et régulant les interactions des individus avec le milieu» (Bronckart *et al.*, 2004: 351), sendo a construção das ações um processo interpretativo, com origem na atividade: as ações são concebidas como formas que se constroem a partir da capacidade reflexiva dos intervenientes ou protagonistas da atividade.

Desta forma, aqueles que intervêm no agir são designados por actantes; contudo, o ISD distingue os sujeitos que são atores (evidentes nos textos em que as formas textuais indicam que o actante é fonte do referido processo dinâmico do *agir* e é detentor de capacidades, motivos e intenções nas suas ações) dos que são agentes (identificados nos textos em que as formas textuais determinam que o actante é fonte de um processo, ainda que não seja detentor das mesmas propriedades que o ator) (Bronckart & Machado, 2004: 156).

Neste trabalho, será ainda pertinente mobilizar a noção de *gênero* enquanto modelo ou orientação de possibilidades de texto influenciadas pela atividade; integrado num momento socio-historicamente definido, este é o elemento mediador entre a atividade e o texto, que reconheço como sendo a materialização do gênero e, simultaneamente, uma ação (entendendo o texto como uma ação una e completa). Para esta investigação, tratarei do gênero *recensão crítica enológica ou do vinho* que me excuso de detalhadamente caracterizar⁷, mobilizando apenas os aspetos relevantes para as atividades envolvidas em 5. e pontos seguintes.

Tal como anunciado no título, pretendo centrar-me neste trabalho sobre questões de agentividade. Neste sentido, como instrumento de análise de texto, o ISD propõe os tipos de discurso: estes são segmentos infra-ordenados relativamente aos gêneros que refletem a disposição das coordenadas de organização temporal e da organização atorial; a conjugação das diferentes organizações semiotiza quatro mundos discursivos: na ordem do Expor, o Discurso Interativo e o Discurso Teórico, e na ordem do Narrar, o Relato Interativo e a Narração. É desta disposição que se dá conta na Imagem 1 (Bronckart, 2008: 62-76).

⁶ Fillietaz, L. (2002). *La parole en action*. Québec: Éditions Nota Bene.

⁷ A caracterização composicional e das estratégias linguísticas presentes no gênero recensão crítica enológica é uma tarefa concluída e presente em Teixeira (2009).

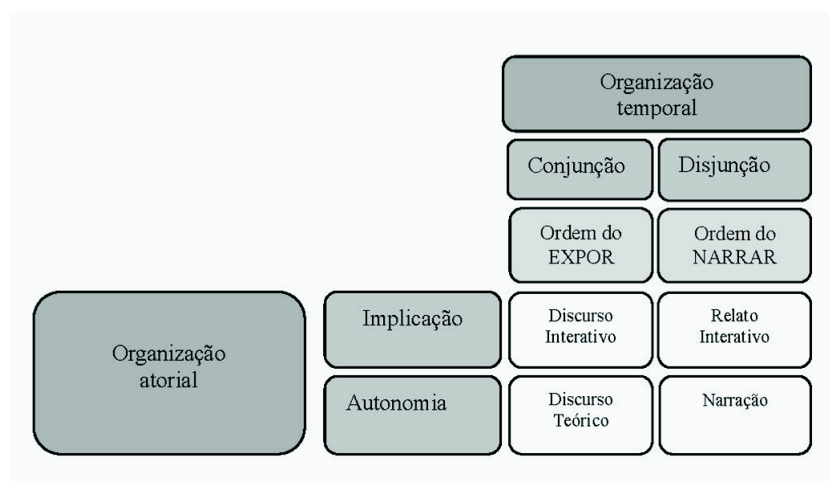


Imagem 1: Os tipos de discurso
Adaptado por Coutinho, 2009 de Bronckart, 2008: 71

Assim, é nesta óptica que não descurarei a descrição do género recensão crítica do vinho ou das atividades presentes nos textos observados, pois considero que a agentividade se relaciona com o posicionamento do indivíduo face ao contexto social e textual em que está inserido. Reconheço a conduta do sujeito como uma ação materializada linguisticamente que encaro como o meu objeto de estudo.

4. Proposta de estudo

Relembrando o que já foi referido no início deste trabalho sobre o atual panorama editorial português, é possível verificar que há textos sobre o vinho em publicações especializadas e em publicações não especializadas. Tendo em vista o rigor de uma publicação dedicada a uma área, é consensual que quem redige os textos de publicações especializadas serão, naturalmente, expertos.

No entanto, além das publicações especializadas sobre vinhos, são frequentes as publicações portuguesas não especializadas que apresentam textos desta área. Quem escreve os textos destas publicações? Como posso reconhecer os textos de origem fidedigna ou assinados por (verdadeiros) especialistas em publicações nas quais não figura a chancela de especialidade?

Em síntese: há marcas linguísticas indicadoras de bons textos sobre os vinhos? E em última análise, poderão os textos escritos por um especialista aconselhar melhor o ato da compra?

5. Metodologia e apresentação do corpus

Dado que este trabalho se situa no enquadramento do ISD, farei uso de uma metodologia descendente, na qual se relaciona as noções de atividade – género – texto, o que, recordando a apresentação feita sobre estas noções, quer dizer que as ações humanas ou os textos são sempre integrados e contextualizados nas respetivas atividades em que são produzidos. Inerente a esta conceptualização do agir, também significa que há um movimento dinâmico e interpretativo, de ordem dialógica, em que os aspetos da língua contribuem para a construção da representação da atividade e esta para a construção da mensagem do texto.

Importa tornar presente que, no *corpus* a seguir apresentado, as atividades identificadas são a jornalística (obviamente reconhecida pelos falantes como meio físico de divulgação e cunhadora de uma dimensão composicional dos textos) e a atividade de produção e comercialização dos vinhos (como delimitadora da área social sobre a qual os textos incidem).

Este conjunto de textos, que compreende os anos de 2009 a 2011, pretende espelhar o presente mercado editorial português de textos na área do vinho, ou seja, a presença assinalável de textos sobre o vinho em revistas e jornais não especializados. O *corpus* é composto por sete textos jornalísticos de seis publicações não especializadas e de uma publicação especializada. A lista de publicações, textos e autores correspondentes, é a seguinte:

- publicação especializada: *A Paixão pelo Vinho*, “Alvarinhos, Porte e ostentação” [T1], de Manuel Silva;
- publicações não especializadas:
 - «Única» (revista do *Expresso*), “Branços da Primavera já chegaram” [T2], de João Paulo Martins e “Tinto com grande classe”, de Maria João de Almeida [T3];
 - *Sol* (jornal), “Vinhos no feminino” [T4], de Aníbal Coutinho.
 - «Must» (revista semanal do *Jornal de Negócios*), “o Misterioso M” [T5], de Fernando Sobral;
 - «Fora de série» (revista semanal do *Diário de Negócios*), “Para acompanhar o Verão” [T6], de Inês Queiroz;
 - *i* (jornal), “Graco, Herança romana, fruto do Alentejo” [T7], de Ana Rajado.

Nos textos apresentados, a análise linguística foi feita de acordo com dois tipos de orientação:

- a presença dos tipos de discurso;
- o reconhecimento dos mecanismos de responsabilização enunciativa, nomeadamente, das formas verbais e pronominais de 1ª e 2ª pessoa, bem como formas de tratamento alocutivo consideradas pertinentes para este estudo, o que se demonstrará de seguida.

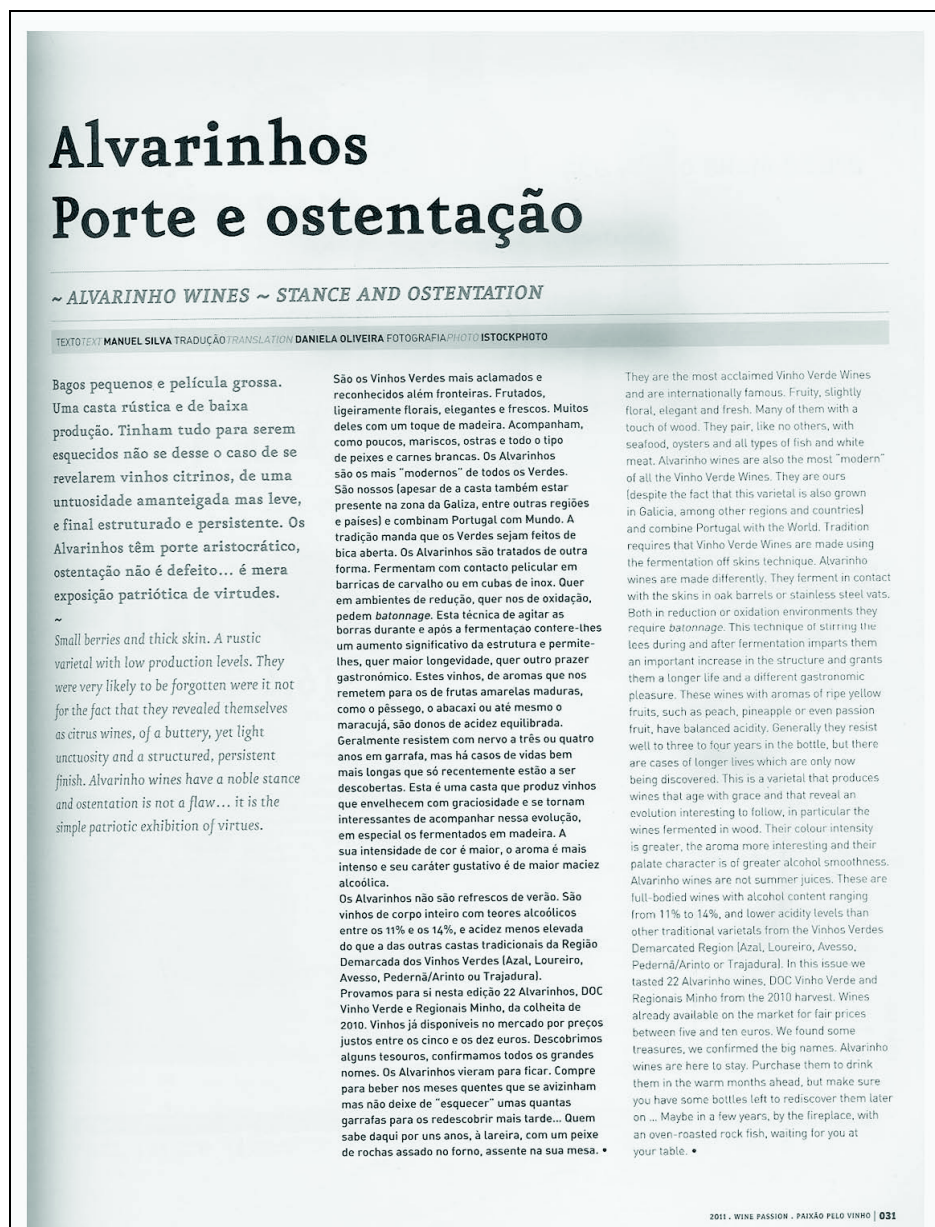


Imagem 2: "Alvarinhos, Porte e ostentação" [T1], de Manuel Silva in *A Paixão pelo Vinho*⁸

⁸ Agradeço a permissão de reproduzir este texto (que se encontra transcrito no final do trabalho) ao autor, Manuel Silva, e à diretora da publicação, Maria Helena Duarte; para um confronto com um exemplar do grupo 2 de textos, consultar "O Misterioso M", de Fernando Sobral, em www.must.xl.pt/gourmet/116-o-misterioso-m.html (consultado a 25.01.2012).

6. Análise de dados textuais

Dos dados aferidos, foi possível identificar no *corpus* dois grupos de textos:

- o grupo 1 composto por T1, T2, T3 e T4;
- o grupo 2 composto por T5, T6 e T7.

No grupo 1, as formas verbais e pronominais de 1ª pessoa, singular ou plural, mobilizam dois tipos de ocorrências linguísticas:

- aquelas em que o produtor textual fala em nome individual e se comporta como um especialista (“Descobrimos alguns tesouros, confirmamos todos os grandes nomes” [T1, D misto]; “Há várias razões que me levam a admirar a Casa Ermelinda de Freitas” [T3, D misto]; “Dedico a minha⁹ prosa aos milhares de produtores de vinho” [T4, D misto]);
- aquelas em que o produtor textual fala coletivamente, atendendo a experiências comuns (“São nossos [vinhos Alvarinho]” [T1, D misto]; “... o Verão ameno que tivemos em 2008...” [T2, DI].

A partir da análise dos dados deste primeiro grupo de textos, foi possível estabelecer uma correlação entre uma melhor caracterização da agentividade e uma definição clara do destinatário textual, na medida em que as formas de tratamento alocutivo de 3ª pessoa (ou outras formas equivalentes¹⁰) designam os leitores de textos sobre o vinho e/ou consumidores de vinhos (“Provamos para si...” [T1, D misto]; “Em 2008, o Verão ameno originou mostos ricos que deram origem ao que agora temos à sua disposição.” [T2, D misto]; “E, para alegria dos consumidores, os bons brancos estão de norte a sul.” [T2, D misto].

Em síntese, o grupo 1 configura uma prática textual predominantemente da ordem do Expor através do uso recorrente do Discurso misto (tipo de discurso combinado com marcas de Discurso Interativo e Discurso Teórico), podendo ser possível o recurso ao Relato Interativo isolado. Esta ocorrência de segmentos da ordem do Expor evidencia um produtor textual em conjunção com a organização temporal, na qual impera o uso do Presente do Indicativo.

Quanto aos dados fornecidos pelo grupo 2, verifiquei a existência de dois tipos de sujeito:

- um sujeito 1 que se manifesta unicamente através de formas verbais e pronominais de 1ª pessoa do plural: é um produtor textual que coincide com o jornalista e que fala de experiências coletivas e comuns (“O Inverno foi rigoroso para lá da nossa memória e nós queremos sol, calor, ar livre e vinhos

⁹ Naturalmente, este demonstrativo de 1ª pessoa do singular, não tendo uma função pronominal, ajuda a construir a representação do produtor textual.

¹⁰ Quando me refiro a formas equivalentes às de tratamento alocutivo pretendo designar formas linguísticas que possibilitem a identificação, direta ou indiretamente, de possíveis destinatários do texto.

leves...” [T6, D misto]; “E como o nosso entendimento não vai além do copo que nos põem na mão, fomos falar com quem sabe...” [T6, D misto];

– um sujeito 2 que se manifesta através de formas verbais e pronominais de 1ª pessoa do singular e do plural: é a reprodução do que um especialista diz das experiências na sua atividade (“Pensávamos, também, já fazer sentido a apresentação de alguns produtos diferenciados, que enriquecessem o nosso portefólio.” [T5, R interativo]; “Penso que tem tudo a ver com um certo espírito empreendedor, (...), de todas as pessoas que constituem a nossa equipa de trabalho. [T5, D misto com marcas de R interativo]).

Um especialista é exatamente o que o senso comum afirma e que é confirmado pelo dicionário: alguém que “se especializou em determinada área do saber ou sabe muito sobre determinada coisa”; por isso, nestes exemplos, o perito assume profissionalmente papéis tão distintos como o produtor de vinhos [T5] que relata e recorda o projeto de produção do vinho, o dono de uma garrafeira [T6] ou o gerente de uma empresa produtora de vinhos [T7].

Relativamente à representação da agentividade no grupo 2, as expressões utilizadas pelo sujeito 1 (a quem corresponde também a figura de produtor textual) demonstram que este reforça a agentividade do especialista, pois dá-se frequentemente uma reprodução exata das palavras do entendido na matéria (É uma aposta ousada, mas muito equilibrada em termos finais, algo que Henrique Uva aceita quando diz que “foi algo (...)” [T5, R interativo]; “A aposta na imagem é também uma certeza, embora, como diz Henrique Uva, “as expectativas criadas por essa imagem têm, efectivamente, de corresponder e estar em consonância com o vinho que está dentro da garrafa”. [T5, D misto]; “As últimas propostas da Garrafeira [de Arlindo Santos] vêm de outras paragens, mais concretamente da Borgonha. Um La Chablisienne Saint Bris 2007...” [T6, Dmisto]).

Em termos de utilização dos tipos de discurso no grupo 2, comprova-se a reincidência do Discurso misto e a presença do Relato Interativo, este último relativamente aos segmentos que reproduzem as falas do especialista. Se os segmentos de Discurso misto são facilmente identificáveis com os textos que preveem um destinatário como os textos típicos jornalísticos, o Relato Interativo configura uma disjunção da ordem temporal relativamente ao momento da enunciação, ainda que revele uma implicação do sujeito em termos da organização atorial.

A integração e reprodução da opinião do sujeito especialista, um sujeito diferente do produtor textual, é feita mais comumente através do discurso relatado¹¹, especificamente pelo recurso à modalidade da citação, fazendo uso dos habituais sinais gráficos para marcar esta fala de autoria alheia.

Além do uso das aspas, as citações ocorrem antecedidas por verbos introdutórios de discurso seguidos de frases subordinadas substantivas (“Em conversa com o i sobre a estratégia de comercialização da sociedade produtora, Jaime Antunes, seu gerente, referiu que esta “passa pela venda directa

¹¹ Sublinho que esta designação não coincide exatamente com a noção de tipos de discurso.

através da internet (...), acrescentando que a empresa “está virada para o mercado externo, França, Holanda e em negociações com o Brasil.” [T7]) ou por um grupo preposicional que associa a citação ao indivíduo (“Para Arlindo Santos, dono da Garrafeira de Campo de Ourique, o termo ‘vinho de piscina’ não tem qualquer conotação negativa,” [T6]); as citações podem ser simplesmente transcritas e sinalizadas como o pensamento de outro sujeito (“O nosso colheita tardia é apenas o primeiro de alguns produtos da gama M, de Mingorra. No futuro, esta marca englobará todos os produtos da linha Mingorra Gourmet. Estão a ser preparados outros projectos, e alguns até já estão prontos, que pensamos serem interessantes e originais também, mas que apenas gostaríamos de revelar na altura certa.” [T5]).

Neste contexto de reprodução da fala do outro, que é sempre o especialista, verifica-se ainda o uso da paráfrase (“Afinal, lembra Arlindo Santos, é importante ter em conta que se tratam de vinhos que podem ser consumidos à beira da piscina...” [T6]).

Se Marnette (2004: 51) nota que o recurso à voz de outros é uma estratégia tipicamente jornalística da imprensa contemporânea com vista a dar um tom de “objetividade” aos artigos, pode-se certamente asseverar que é também uma tentativa cautelosa de referir os objetos.

Explico: já no final do século XIX, Frege¹² ([1892]1990: 100-191) aborda a construção da referência a partir da questão da identidade. Começando por afirmar que a identidade dos objetos é uma relação que se estabelece entre os nomes dos objetos e os próprios objetos, o autor postula que esse ato é da ordem do re-conhecimento ou da identificação exatamente entre o objeto e o nome. Desta maneira, a ligação intrínseca entre o objeto e a referência é arbitrária, pois diz respeito ao modo como é designada, não sendo algo factual.

Assim, reforçando a arbitrariedade existente entre o objeto e a sua referência, Frege, tendo por base o uso das palavras *signo*, *sentido* e *referência*, constata que as línguas naturais não estabelecem relações de univocidade plena na atribuição de um sentido definitivo a cada expressão. As palavras no seu uso regular (ou inerente ao contexto da sua atividade, digo eu) assumem uma construção típica da referência. No entanto, quando se quer citar as palavras de outro (o que ocorre no discurso direto) denota-se, primeiro, as palavras alheias e posteriormente a sua referência. Também se pode falar do sentido das palavras do outro (sendo este o caso do discurso indireto), o que significa que se está perante um modo indireto de construção da referência; deste maneira, esta construção indireta da referência também corresponde ao sentido habitual da mesma.

Ainda que Frege tenha pensado a questão da referência no domínio dos estudos filosóficos, é válido relacionar a construção da referência assim for-

¹² Gottlob Frege é um autor com obras nas áreas da Lógica, Matemática e Filosofia; acho importante mencioná-lo, pois considero que a construção da referência não é do domínio estritamente lógico-gramatical, mas de construção do conhecimento.

mulada pelo autor, ponderando se um texto de especialista constrói uma referência com marcas linguísticas distintas de um texto de não especialista.

Dado que estes textos são construídos com base em estratégias distintas, correspondem a objetos também distintos que possuem necessariamente nome ou designação diferente. Estamos perante géneros textuais diferentes, como se concluirá adiante.

Retomando o uso da fala de outrem, esta não distingue *per se* a escrita do especialista da escrita do jornalista. Pode dar-se o caso que o experto queira igualmente reproduzir a opinião de alguém. Aponto somente uma tendência das escritas da área jornalística que motiva a utilização diferenciada de uma ordem configuracional distinta da ordem do Expor, a ordem do Narrar, e constrói uma referência distinta, em termos de construção do agir, apelando às palavras de outro. Do ponto de vista da agentividade, verifico uma motivação para um desempenho distinto do agir que demonstrarei no final deste ponto.

Considero que existe ainda um outro tipo de evidência que, não estando integrada no estudo dos tipos de discurso ou dos elementos linguísticos referidos, caracteriza a agentividade do produtor textual do T7: é uma questão de coerência textual, especificamente de coerência referencial e de distribuição de informação.

No segmento abaixo reproduzido (Imagem 3), o plano de texto (organização dos diversos elementos de ordem composicional e temática) reflete uma apresentação desestruturada da informação: a referência às castas é típica e preferencialmente próxima da nomeação do produto e/ou das suas características organoléticas, até porque, neste último caso, a associação é evidente, visto que algumas castas possuem maior adstringência e outras compõem habitualmente vinhos de um dado matiz ou cor. No T7, a menção das castas não corresponde a esta localização de costume, evidenciando o caráter de não-especialista de quem produziu o texto mas que possuía o poder de organizar a informação. É altura de lembrar Frege que afirma “the grasping of a sense does not with certainty warrant a corresponding nominatum.” (Frege, 1990: 191)

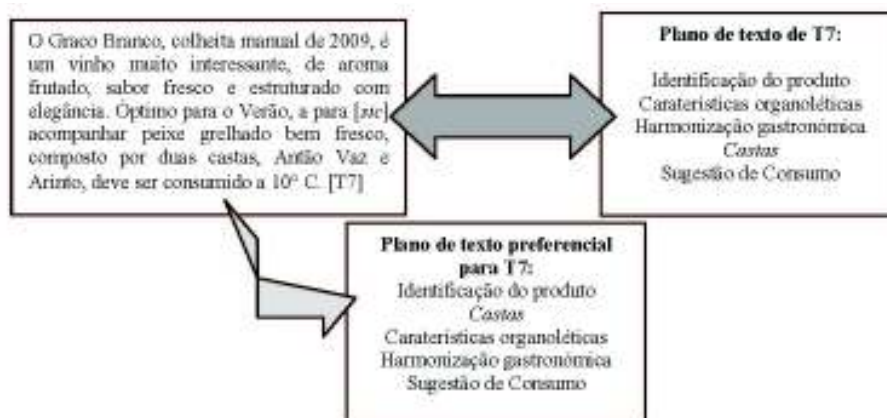


Imagem 3: o(s) plano(s) de texto de “Graco, Herança romana, fruto do Alentejo” [T7]

É este o momento para responder a uma das questões que norteou este estudo: quem melhor pode orientar um ato de compra da área do vinho? Parece-me que quem está capacitado para o fazer é quem revela no seu agir uma exposição personalizada do conhecimento assimilado da atividade, nomeadamente, quando se verifica a coincidência entre o produtor textual e o especialista. E isto ocorre independentemente de se tratar de uma publicação especializada ou não especializada, como se verifica no grupo 1. De outro modo, quando se está perante a gestão e a organização de informação por parte do produtor textual, a recomendação do produto é encenada pelo jornalista e feita pelas palavras do especialista, tal como observado no grupo 2.

7. Notas finais

Recapitulando as intenções iniciais desta investigação, propus-me refletir sobre as noções de atividade e ação, privilegiando o enquadramento teórico do ISD Foi, também, no âmbito deste quadro que conduzi o estudo da agentividade e o modo como esta pode contribuir para a caracterização de um género, tal como se encontra sintetizado na Imagem 4.

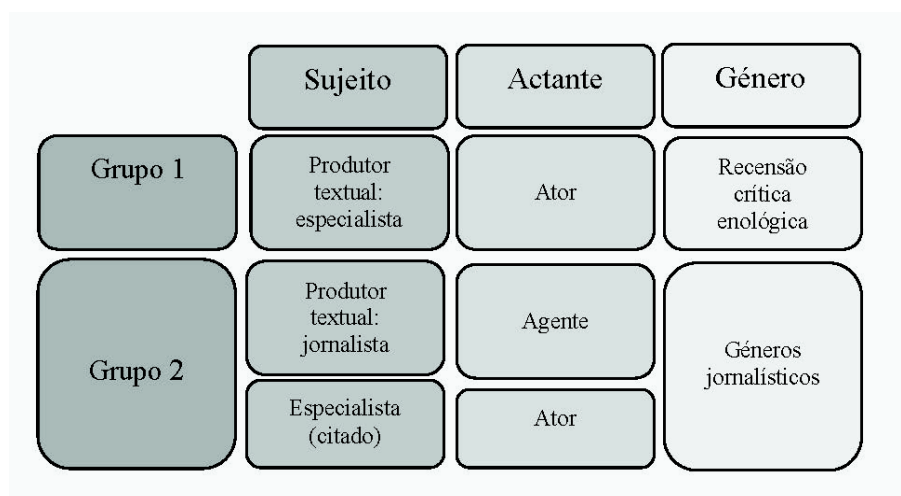


Imagem 4: relação sujeito, actante e género no *corpus*

Os textos reunidos no grupo 1 foram escritos por um produtor textual que possui o estatuto profissional de especialista; esta designação corresponde, em termos agentivos, ao estatuto de ator, uma figura que realiza uma ação no seu domínio social, na medida em produz um texto e organiza a informação da sua área de saber com base no seu próprio conhecimento e capacidades individuais: é fonte do processo de escrita e verbaliza um pensamento original. É este sujeito aquele que pode assinar textos que orientam com propriedade uma compra de vinho. A este género de texto chamo *recensão crítica enológica*,

textos jornalísticos de apreciação (ou avaliação crítica da atividade) do vinho e assinados por especialistas. Como a análise demonstrou, no caso do género recensão crítica enológica, as propriedades textuais revistas como questões de agentividade contribuem para o reconhecimento do género.

Por outro lado, os textos do grupo 2 revelaram a presença de dois sujeitos: um sujeito produtor textual que coincide com o papel profissional de jornalista e que, de certo modo, gere a informação da atividade sobre a qual redige; um segundo sujeito ocorre nestes textos, sendo apresentado como especialista do vinho, razão pela qual é citado. Ao primeiro corresponde um modelo de actante agente, pois se apropria do processo da escrita, e o segundo detém, naturalmente, o estatuto de ator. A estes textos opto por nomeá-los através de uma designação abrangente que espelha a atividade jornalística: géneros jornalísticos.

Alvarinhos, Porte e ostentação,
de Manuel Silva
in *Paixão pelo Vinho*

São os Vinhos Verdes mais aclamados e reconhecidos além fronteiras. Frutados, ligeiramente florais, elegantes e frescos. Muitos deles com um toque de madeira. Acompanham, como poucos, mariscos e ostras e todo o tipo de peixes e carnes brancas. Os Alvarinhos são os mais “modernos” de todos os Verdes. São nossos [apesar de a casta também estar presente na zona da Galiza, entre outras regiões e países] e combinam Portugal com o Mundo. A tradição manda que os Verdes sejam feitos de bica aberta. Os Alvarinhos são tratados de outra forma. Fermentam com contacto pelicular em barricas de carvalho ou em cubas de inox. Quer em ambientes de redução, quer nos de oxidação, pedem *batonnage*. Esta técnica de agitar as borras durante e após a fermentação confere-lhes um aumento significativo da estrutura e permite-lhes, quer maior longevidade, quer outro prazer gastronómico. Estes vinhos, de aromas que nos remetem para os de frutas amarelas maduras, como o pêsego, o abacaxi ou até mesmo o maracujá, são donos de acidez equilibrada. Geralmente resistem com nervo a três ou quatro anos em garrafa, mas há casos de vidas bem mais longas que só recentemente estão a ser descobertas. Esta é uma casta que produz vinhos que envelhecem com graciosidade e se tornam interessantes de acompanhar nessa evolução, em especial os fermentados em madeira. A sua intensidade de cor é maior, o aroma é mais intenso e seu carácter gustativo é de maior maciez alcoólica.

Os Alvarinhos não são refrescos de verão. São vinhos de corpo inteiro com teores alcoólicos entre os 11% e os 14% e acidez menos elevada do que a das outras castas tradicionais da Região Demarcada dos Vinhos Verdes [Azal, Loureiro, Avesso, Pedernã/Arinto ou Trajadura].

Provamos para si nesta edição 22 Alvarinhos, DOC Vinho Verde e Regionais Minho, da colheita de 2010. Vinhos já disponíveis no mercado por preços justos entre os cinco e os dez euros. Descobrimos alguns tesouros, confirmamos todos os grandes nomes. Alvarinhos vieram para ficar. Compre para beber nos meses quentes que se avizinham mas não deixe de “esquecer” umas quantas garrafas para os redescobrir mais tarde... Quem sabe daqui por uns anos, à lareira, com um peixe de rochas assado no forno, assente na sua mesa.

Referências bibliográficas

- Adam, Jean-Michel (2001). Entre conseil et consigne: les genres de l'incitation à l'action. In *Pratiques*, nº 111/112, pp. 7-38.
- Bernárdez, Enrique (1995). *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Bronckart, Jean-Paul (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Bronckart, Jean-Paul (2008). *O Agir nos Discursos, Das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. São Paulo: EDUC.
- Bronckart, Jean-Paul, Ecaterina Bulea & Isabelle Fristalon (2004). Les conditions d'émergence de l'action dans le langage. In *Cahiers de linguistique française*, 26, pp. 345-369.
- Bronckart, Jean-Paul & Anna Raquel Machado (2004). Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In Machado, A.R. (org.) *O Ensino como trabalho. Uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, pp. 131-163.
- Bronckart, Jean-Paul (2008). Genre de textes, types de discours et "degrés" de langue. *Texto!* Janvier, vol. XIII, nº 1. Disponível em <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86> (consultado a 31.jan.2012)
- Coutinho, Maria Antónia (2003). *Textos e Competência Textual*. Lisboa: FCG-FCT.
- Coutinho, Maria Antónia (2009). Marcadores discursivos e tipos de discurso. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* nº 2, Valentim, H.T. & B. Moreira (orgs.), pp. 193-210.
- Frege, Gottlob ([1892]1990). On Sense and Nominatum. In *The Philosophy of Language*. AP. Martinich (ed.), pp. 190-201. New York-Oxford: Oxford University Press.
- Giering, Maria Eduarda (2007). Organização retórica do artigo de opinião autoral: configuração prototípica. In *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 29, pp. 3-21. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/circulo/no29/giering.pdf> (consultado a 10.jan.2012)
- Leontiev, Alexei (2004). *O Desenvolvimento do Psiquismo*. São Paulo: Centauro Editora.
- Marnette, Sophie (2004). L'effacement énonciatif dans la presse contemporaine. In *Langages* nº 156, Rabatel, Alain (org.), pp. 51-64. Paris: Larousse.
- Miranda, Florencia (2010). *Textos e Gêneros em Diálogo – uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: FCG/FCT.
- Teixeira, Carla (2009). Aspectos composicionais da recensão crítica enológica. In *Cadernos WGT – Composicionalidade*, Valentim, Helena T. (org.) Lisboa: CLUNL. Disponível em: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/comp_c._teixeira.pdf (consultado a 23.jan.2012).
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/> (consultado a 24.jan.2012).

